

»»» Continuação

STEMAC S/A GRUPOS GERADORES

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 19 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia mantém provisões para contingências trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco "provável" pelos assessores jurídicos internos. A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão. Em 2023 tivemos um aumento das reversões devido a muitos processos terem sido habilitados juntos a Recuperação Judicial e desta forma foram realizadas as despesas.

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2022	3.596	2.024	1.779	7.399
Constituída durante o período	57	25.505	2.006	27.568
Reversão de provisões	(4.970)	(51.044)	(3.063)	(59.077)
Em 31 de dezembro de 2023	57	25.505	2.006	27.568
Depósitos Judiciais Relacionados	3.897	2.138	1.557	7.592
Em 31 de dezembro de 2023	3.897	2.138	1.557	7.592
Constituída durante o período	65	31.823	2.623	34.511
Reversão de provisões	(57)	(25.505)	(2.006)	(27.568)
Em 31 de dezembro de 2024	65	31.823	2.623	34.511
Depósitos Judiciais Relacionados	3.922	931	586	5.439
Em 31 de dezembro de 2024	3.922	931	586	5.439
Efeito Líquido	(3.857)	30.892	2.037	29.072

NOTA 20 - PARTES RELACIONADAS

20.1. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: As transações comerciais realizadas com partes relacionadas são efetuadas em condições e prazos semelhantes às transações com terceiros não relacionados. Nos mútuos entre as empresas, os contratos preveem taxas de juros similares ao custo de captação de recursos junto ao mercado financeiro.

Fornecedores Partes Relacionadas	2024	2023
Stemac Energia S.A.	2.382	2.382
Stepie Ulb S.A.	7	7
Total (Nota 16)	2.389	2.389

Partes Relacionadas Mútuo Passivo	2024	2023
Stepie Ulb S.A.	14.352	16.922
Stemac Energia	3.834	1.171
Total	18.186	18.093

Clientes Partes Relacionadas	2024	2023
Stemac S.A. Participações	80	80
Stemac Energia S.A.	8.195	8.096
Stepie Uni Energia Ltda.	48	47
Stepie Ulb S.A.	19.176	17.606
Total (Nota 08)	27.499	25.829

20.2. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO: Conforme estabelecido foi atribuída à remuneração dos diretores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	2024	2023
Remuneração Diretoria	1.080	1.080
Total	1.080	1.080

20.3. DEVEDORES DIVERSOS

	2024	2023
Contratos com Terceiros - LP	2.850	263
Total	2.850	263

NOTA 21 - PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS

21.1. PARCELAMENTO LEI Nº 11.941/09: Em consonância com os benefícios estabelecidos pela Lei nº 11.941/09, a Companhia optou pelo parcelamento em 13 de novembro de 2009, tendo suas adesões deferidas em dezembro de 2009 e consolidação em junho de 2011. Este parcelamento foi liquidado em 2024, sendo a última parcela paga em outubro de 2024.

21.2. PARCELAMENTO PERT: Em consonância com os benefícios estabelecidos pela Medida Provisória nº 766/17 e Medida Provisória nº 783/17, e pelo Programa Especial de Regularização Tributária - PERT em 28 de setembro de 2017, incluindo débitos ainda não parcelados, e migrando saldos do Parcelamento da Lei nº 11.941/09.

21.3. PARCELAMENTO SIMPLIFICADO PEPAR: Em consonância com os benefícios estabelecidos pela Lei 10.522, de 19 de julho de 2002, a companhia optou pelo parcelamento dos débitos tributários relativos a INSS e Demais Débitos, os débitos incluídos não foram objetos de parcelamentos anteriores e foram firmados em 60 prestações mensais. Os parcelamentos simplificados foram aderidos no decorrer dos anos de 2017, 2018, 2019, 2023 e 2024.

21.4. PARCELAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL: Aderimos ao parcelamento da RJ junto a RFB, incluindo neste, débitos previdenciários e demais débitos em 60 prestações e débitos de Previdenciários (terceiros) e impostos retidos em 24 prestações, com adesão firmada em 21/05/2021. O parcelamento firmado em 60 prestações foi renegociado no ano de 2024 através de uma transação junto a Receita Federal.

21.5. PERSE: Em 2023 a Companhia fez adesão

de novo parcelamento, com fundamento no art. 171 do Código Tributário Nacional, na Lei n. 13.988, de 14 de abril de 2020, e nas Portarias PGFN n. 6757/2022, e Portaria PGFN nº 7.917/2021 a Companhia irá através de um acordo individual migrar o Parcelamento especial para empresas em recuperação judicial para o parcelamento PERSE. Os débitos objeto desta transação são provenientes do parcelamento aderido em abril de 2021 onde no momento da adesão estão com os saldos de débitos previdenciários no valor de R\$ 19.649 e demais débitos no valor de R\$ 396. Como esta nova modalidade aderida em janeiro de 2023 havia benefício de encargos, foi registrado na conta Recuperação de Despesas o valor que a companhia obteve de redução de valores.

21.6. PARCELAMENTO EDITAL 03/2023: Em setembro de 2023 a companhia aderiu ao parcelamento Edital PGDAU Nº 3, de 25 de maio de 2023, onde incluiu alguns débitos previdenciários que estavam em aberto bem como alguns parcelamentos que haviam sido rescindidos. Nesta transação por haver benefício de encargos a companhia contabilizou na conta recuperação de despesas os valores desta redução.

21.7. Parcelamento 2024: Em maio de 2024 migramos o parcelamento de ISSQN da filial de SP para o PPI (plano de parcelamento incentivado) oferecido pela prefeitura, nesta nova modalidade com benefício de encargos registrados na conta de recuperação de despesa os valores de multas e juros anteriormente contabilizados. Em agosto de 2024 registramos na conta de recuperação de despesas os valores referentes a compensação indevida feita na DCMP de ICMS na base de PIS E COFINS, onde compensamos indevidamente.

NOTA 22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: O capital social é de R\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais), dividido em 8.000.000 (oito milhões) de ações, sendo 4.000.000 (quatro milhões) ações ordinárias e 4.000.000 (quatro milhões) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

a.1) Em conformidade ao artigo 195, A, da Lei nº 6.404/76 a parcela de lucro incentivada foi excluída do cálculo do dividendo obrigatório, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

b) Proposta de Distribuição do Resultado: A política de distribuição de dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio, na forma da Lei nº 9.249/95, imputados aos dividendos, está estabelecida no artigo 21 do Estatuto Social, de 25% no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, excluído a parcela de lucro incentivado em conformidade ao art. 195-A da Lei nº 6.404/76.

b.1) Não foram apurados dividendos nos exercícios de 2023 e 2024.

NOTA 23 - RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Numerador	2024	2023
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da companhia		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(22.900)	1.287
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(22.900)	1.287
Total	(45.799)	2.574
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	4.000	4.000
Quantidade de ações ordinárias emitidas	4.000	4.000
Total	8.000	8.000
Resultado básico e diluído p/ação (em Reais)		
Ação preferencial	(5,72)	0,32
Ação ordinária	(5,72)	0,32

NOTA 24 - RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é a seguinte:

	2024	2023
Vendas brutas de merc., prod. e serviços	414.315	292.070
Impostos e devoluções de vendas	(85.269)	(59.652)
Receita Líquida	329.046	232.418

JOÃO LUIZ BUNEDER

Diretor Presidente - CPF 197.781.980-04

VALDO MARQUES DA SILVA JR

Procurador - CPF 710.573.230-04

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado: Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023, apresentadas comparativamente, foram anteriormente por nós examinadas, de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do parecer em 22 de março de 2024, conteúdo parágrafo sobre o risco de continuidade operacional da Companhia.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

linhas de produtos.

26.2. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS: A Companhia utiliza a subvenção governamental sobre as vendas de Grupos Geradores e seus componentes. Seu valor correspondente está sendo investido na construção de nova planta fabril, aumento de capital e absorção de prejuízos. O valor apurado no período está reconhecido na Demonstração de Resultado do Exercício, no grupo de Outras Receitas e Despesas Operacionais. Nas Reservas de Lucros está lançado em conta específica a Reserva de Subvenção para Investimentos, na qual não fará parte da base de cálculo para distribuição de dividendos. Em conformidade ao artigo 195, A, da Lei nº 6.404/76 a parcela de lucro incentivada foi excluída do cálculo do dividendo obrigatório, sendo utilizado integralmente para aumento do capital e absorção do prejuízo.

Reserva de Subvenções Governamentais

Subvenção Governamental 2011	9.299
Subvenção Governamental 2012	58.080
Subvenção Governamental 2013	64.157
Subvenção Governamental 2014	51.874
Subvenção Governamental 2015	70.107
Subvenção Governamental 2016	65.961
Subvenção Governamental 2017	29.450
Subvenção Governamental 2018	16.803
Subvenção Governamental 2019	13.468
Subvenção Governamental 2020	12.197
Subvenção Governamental 2021	15.054
Subvenção Governamental 2022	22.003
Subvenção Governamental 2023	22.083
Subvenção Governamental 2024	33.346
Total Subvenção Governamental	483.882
Destinação p/Reservas 2012	45.051
Destinação p/Reservas 2013	41.178
Complemento Destinação p/Reservas 2012	22.328
Complemento Destinação p/Reservas 2013	22.979
Destinação p/Reservas 2014	32.248
Destinação p/Reservas 2015	40.050
Absorção de Prejuízo 2016	(25.791)
Absorção de Prejuízo 2017	(38.043)
Saldo a destinar	343.882

O saldo de R\$ 343.882 será destinado para Reservas de Subvenções Governamentais quando houver resultados futuros. (a) Valores utilizados para absorção de prejuízo serão devolvidos para a Reserva de Subvenção Governamental, quando ocorrerem resultados futuros.

NOTA 25 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Financeiras	2024	2023
IOF	(55)	(95)
Despesas bancárias	(658)	(899)
Juros pagos	(13.841)	(7.527)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(48.664)	(39.064)
Variação cambial passiva	(2.545)	(379)
Provisão juros	(1.445)	(798)
Descontos concedidos	(834)	(957)
Juros operações de leasing	(15)	(8)
Juros recuperação judicial	(8.269)	(4.767)
Deságio Recuperação Judicial (Nota 2.1)	(1.835)	(13.963)
Total das Despesas Financeiras	(78.161)	(68.457)

Receitas Financeiras	2024	2023
Juros recebidos	1.311	896
Descontos obtidos	13.480	24
Renda Aplicações Financeiras	1	-
Agio Recuperação Judicial (Nota 2.1)	310	25.542
Crédito processos - Selic (Nota 03)	25	3.241
Rev. Prov. JRS. Emp./Fin	-	656
Total das Receitas Financeiras	15.127	30.359
Resultado Financeiro Líquido	(63.034)	(38.098)

NOTA 26 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2024	2023
Recup. de despesa (Nota 21.5, 21.6 e 21.7)	13.097	12.097
Seguros Recebidos	183	45
Outras receitas operacionais	357	580
Perdas por obsolescência (Nota 26.1)	(73)	(1.366)
Indenizações	51	11
Subvenções governamentais (Nota 26.2)	33.346	22.083
Aluguéis recebidos	137	160
Aluguel/Perda venda ativo	8	24
Ganho/(Perda) Baixa de Invest. (Nota 11)	17.910	17.910
Total	47.106	51.544

26.1. PERDAS POR OBsolescência: Nos exercícios de 2024 e 2023, a Companhia reconheceu perdas por obsolescências dos estoques, em função de mudança na linha de produtos, que afetou os consumos de matérias primas que estavam nos estoques, e o mercado de peças de reposição em função das novas

NOTA 27 - COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da Companhia estão segurados conforme discriminado a seguir:

Tipo de seguro	Cobertura	Seguradora	Vencimento
Seguro veículos leves	Cobertura de 04 veículos – Comprensiva total, DM R\$ 100 mil, DC 200 mil DMO R\$ 50 mil APP R\$ 20 mil.	Allianz Seguros	31/12/2025
Comprensivo Patrimonial	Incêndio, queda de raio, explosão, alagamento, inundação, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, equipamentos móveis e vendável R\$ 80 Milhões.	HDI Global	12/04/2025
Responsabilidade Civil	RC estabelecimento comercial, empregado, prestação serviços local de terceiro, obras civis, produtos, e danos materiais R\$ 15 milhões.	AIG Seguros	03/03/2026
RD Usinas	Cobertura para os equipamentos das Usinas de venda de Energia (Cobertura básica + Roubo e Dano Elétrico) VR: R\$ 10.920 milhões - LMI R\$ 5 milhões.	Berkley Seguros	24/08/2025
Seguro de Vida em Grupo	Cobertura básica - Morte por qualquer natureza 20 vezes o salário.	MAG Seguros	Indeterminado
Responsabilidade Civil Profissional	Garante o pagamento do prejuízo financeiro decorrentes de reclamações de terceiros por danos causados durante a prestação de serviços profissionais pelos quais o segurado seja responsabilizado civilmente até o valor de R\$ 10 milhões.	Berkley Seguros	20/05/2025
Transportes Importação	Cobre danos causados na carga em trânsito, na operação de carga e descarga e roubo em operação de importação de materiais. US\$ 700 mil.	Akad Seguros	Indeterminado

A Administração considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações industriais e administrativas.

NOTA 28 - AJUSTE A VALOR PRESENTE

Conforme CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, por se tratar de valores irrelevantes nas contas de clientes, outros créditos e fornecedores de curto prazo não houve ajustes a valor presente no resultado da Companhia.

NOTA 29 - INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - EBITDA (LAJIDA)

Apresentamos abaixo a medição econômica Lajida (lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização).

	2024	2023
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(45.799)	2.574
(+) IR, CSL e Participações Estatutárias	2.329	1.301
(+) Despesas (Receitas) Financeiras Líquidas	63.034	38.098
(+) Depreciações e Amortizações	8.809	5.509
Ebitda	28.373	47.482
Margem Ebitda	8,6%	20,4%

CÉSAR A. N. GUTERRES

Contador - CRC/RS 042095/O-7 - CPF 263.063.600-34

Aos Administradores e Acionistas da STEMAC S.A. GRUPOS GERADORES

EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - Porto Alegre - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da STEMAC S.A. GRUPOS GERADORES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da STEMAC S.A. GRUPOS GERADORES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Continuidade operacional: Conforme descrito na nota explicativa nº 01 – Recuperação Judicial, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta situação de endividamento e deficiência de capital circulante líquido de R\$ 201.734 mil (R\$ 257.344 mil em 2023) e Patrimônio a Descoberto no valor de R\$ 429.237 mil, cenário que levou a Companhia a entrar em recuperação judicial no ano de 2018. Esse assunto indica a existência de dificuldades quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso do restabelecimento do equilíbrio financeiro da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações feitas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre (RS), 17 de março de 2025.

MartineLL

AUDITORES

PAULO ALBERTO MACHADO

Contador CRC (SC) nº 035.797/O-8

MARTINELLI AUDITORES

CRC (SC) nº 001.132/O-9